



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

MAPA DE RISCO

ARP de reforma dos módulos habitacionais transportáveis - MHT's

GERENCIAMENTO DE RISCOS (MAPA DE RISCOS)

Este documento apresenta o Mapa de Riscos referente ao processo de Ata de Registro de Preço para reforma, recuperação, adequação e revitalização de Módulos habitacionais transportáveis, com foco na identificação, análise e tratamento dos principais riscos que possam comprometer a efetividade da contratação e a consecução dos resultados esperados.

A metodologia adotada permite o planejamento, organização e controle sistemático dos recursos voltados à gestão de riscos. Cada risco identificado é avaliado quanto à sua natureza, probabilidade de ocorrência e impacto potencial, resultando na definição do seu nível de criticidade.

Para cada evento de risco, são estabelecidas medidas preventivas e de contingência, bem como a designação dos responsáveis por sua gestão. O mapeamento foi desenvolvido com base em normas técnicas, boas práticas e diretrizes institucionais, assegurando uma abordagem integrada e multidisciplinar.

NR (Nível de Risco) = P (Probabilidade) x I (Impacto)

PROBABILIDADE

NÍVEL	DESCRIÇÃO
Baixa	Pequena possibilidade de ocorrer.
Média	Provável que ocorra em várias circunstâncias.
Alta	Deve ocorrer em algum momento.

IMPACTO

NÍVEL	DESCRIÇÃO
Baixa	Poderá comprometer o alcance de parte não relevante do objetivo do processo.
Média	Poderá comprometer o alcance de parte relevante do objetivo do processo.
Alta	Poderá comprometer o alcance total do objetivo do processo.

IMPACTO	ALTA	Média	Alta	Alta
	MÉDIA	Baixa	Média	Alta
	BAIXA	Baixa	Baixa	Média
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
		PROBABILIDADE		

CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 3º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

ANÁLISE, AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS

FASE ANÁLISE	x	Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
		Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R01	Justificativa de contratação inadequada ou não descrita em nível adequado.					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade	x	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	a) Ausência de conhecimento dos atores da importância da justificativa; b) Ausência de capacidade técnica da equipe.					
Consequências	a) Atraso na contratação e na execução das políticas públicas; b) Desperdício de recursos; c) Erros nos artefatos da etapa de planejamento; d) Não atendimento da necessidade que originou a contratação;					
Ação Preventiva	a) Desenho de fluxo interno, adequado à realidade do órgão/entidade; b) Capacitação dos agentes públicos; c) Publicação de normativo, estabelecendo modelo e criando obrigatoriedade e indicando prazos e responsáveis; d) Manualizar o processo de oficialização da demanda; e) Criar Checklist para verificação de atendimento dos requisitos para a abertura de uma demanda na unidade; f) Criar modelo de formalização da demanda;					
Ação Contingência	a) Não publicação do edital; b) Refazimento dos atos administrativos					
Responsáveis	Assessoria Técnica do Gabinete - ASTEC					



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE	x	Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
		Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R02	Falha na indicação dos agentes públicos e dados para o processo licitatório.					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade	x	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	- Ausência ou falha na identificação das competências necessárias para o desempenho das funções; - Ausência de um processo de verificação de incompatibilidade entre os agentes públicos indicados e licitantes/contratados habituais; - Falta de atratividade das atividades;					
Consequências	- Atraso na contratação e na execução das políticas públicas; - Suspensão dos processos licitatórios; - Desperdício de recursos; - Erros nos artefatos da etapa de planejamento; - Não atendimento da necessidade que originou a contratação; - Perda de tempestividade da política pública;					
Ação Preventiva	- Instituir à gestão por competências; - Capacitação dos agentes públicos; - Definição de critérios objetivos/requisitos técnicos para composição das equipes;					
Ação Contingência	a) Revisão dos atos administrativos					
Responsáveis	Assessoria Técnica do Gabinete – ASTEC/SEHAB					



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE	x	Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
		Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R03	Elaboração do ETP / TR com especificações incompletas/desnecessárias ou com requisitos técnicos irrelevantes/insuficientes.					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade	x	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	a) Ausência de cultura de planejamento das contratações; b) Equipe envolvida na elaboração do ETP sem conhecimento adequado de planejamento e do objeto a ser contratado; c) Dificuldade em alocar servidores com experiência recomendada para a demanda pública.					
Consequências	a) Diminuição da competição; b) Aumento indevido do valor da contratação; c) Elaboração do TR ou projeto básico sem elementos essenciais para seleção da proposta mais vantajosa; d) Solução contratada ou adquirida que não corresponde às necessidades da Administração Pública; e) Atraso na contratação em função do retrabalho; f) Republicação do edital; g) Nulidade do Processo Licitatório.					
Ação Preventiva	a) Instituir à gestão por competências; b) Capacitação dos agentes públicos; c) Definição de critérios objetivos/requisitos técnicos para composição das equipes; d) Criação de checklist que determina o ponto de partida necessário para definir especificações e requisitos para elaboração dos documentos; e) Capacitação dos agentes públicos;					
Ação Contingência	a) Avaliação periódica dos agentes designados;					
Responsáveis	Gestão SEHAB					



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE	x	Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
		Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R04	Falha na estimativa de orçamento					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade	x	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	a) Coleta insuficiente de preços ou falta de método para realizar a estimativa; b) Falta de experiência ou capacitação dos servidores; c) Não utilização de sistemas referenciais de custos; d) Direcionamento dos requisitos;					
Consequências	a) Dificuldade de justificar as estimativas de preços quando questionados por partes interessadas. b) Licitação deserta c) Sobrepreço na licitação d) Responsabilização dos agentes e) Dano à imagem do Órgão. f) Atraso da contratação					
Ação Preventiva	a) Adoção de metodologia para elaboração de estimativas de preço b) Realizar o registro das últimas pesquisas de maneira a construir uma base de informações sobre os preços praticados pelo mercado. c) Utilizar referências como PNCP.					
Ação Contingência	a) Não publicação do edital; b) Refazimento dos atos administrativos.					
Responsáveis	Assessoria Técnica do Gabinete – ASTEC/SEHAB					



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE	x	Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
		Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R05	Falha na estimativa dos quantitativos					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade		Baixa	X	Média		Alta
Impacto		Baixa	X	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	a) Deficiências no processo de planejamento, no documento de formalização da demanda e no ETP resultando em decisão errônea quanto à real demanda do órgão; b) Equipe envolvida na elaboração do ETP sem conhecimento adequado de planejamento e do objeto a ser contratado; c) Dificuldade em alocar servidores com experiência recomendada para a demanda pública. d) Ausência de um sistema de gerenciamento de informações, dados e histórico.					
Consequências	a) Contratação insuficiente para atender a demanda; b) Prejuízo ao erário por contratação além do necessário para atender a demanda; c) Quebra de confiança na relação com possíveis contratados pela inexecução de parte do contrato; d) Conflitos entre contratante e contratos por inexecução de parte do contrato; e) licitações desertas, fracassadas ou que sem competitividade.					
Ação Preventiva	a) Implementação de gestão de competências; b) Institucionalizar matriz de responsabilidades; c) Manutenção de repositório das compras efetuadas para ter uma base de dados das compras;					
Ação Contingência	a) Aditivar, revogar ou anular a contratação;					
Responsáveis	SEHAB					



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE		Planejamento				
	x	Seleção Fornecedores				
		Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R06	Ausência e/ou atrasos nos esclarecimentos quanto aos pontos questionados dos possíveis licitantes					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade		Baixa	x	Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	a) Falta de capacitação dos agentes; b) Ausência de assessoramento jurídico e técnico; c) Falta de procedimento de revisão. d) Excesso de demandas ou carência de pessoal.					
Consequências	a) Apresentação recursos, pedidos de reconsideração e medidas judiciais. b) Atraso no andamento do processo licitatório; c) Possível perda de potenciais licitantes;					
Ação Preventiva	a) Criação de fluxo interno com definição clara de responsabilidades e prazos; b) Treinamento e capacitação; c) Assessoria jurídica disponível; d) Suporte técnico do órgão demandante; e) Procedimento de revisão antes da publicação. f) Suprimento do setor com recursos humanos e materiais suficientes para o atendimento das demandas.					
Ação Contingência	a) Suspensão do procedimento para correção de eventual impugnação não respondida; b) Correção dos erros sanáveis; c) Anulação do procedimento nos casos em que o erro for insanável; Contratação emergencial até o encerramento da licitação.					
Responsáveis	Assessoria Técnica do Gabinete – ASTEC/SEHAB					



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE		Planejamento				
	x	Seleção Fornecedores				
		Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R07	Propostas inadequadas					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade	x	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	a) Conluio entre fornecedores ou entre estes e o agente público; b) Falta de clareza da especificação do objeto; c) Falta de entendimento adequado do edital; d) Erros ou falhas na pesquisa de preço elaborada e) Ações anticompetitivas na fase de lances; f) Conluio entre os potenciais licitantes no momento da elaboração do preço de referência; g) Insuficiência de parâmetros de preço.					
Consequências	a) Frustração ao caráter competitivo da licitação; b) Violação do sigilo da licitação. c) Contratação inidônea; d) Prejuízo ao erário (sobrepço); e) Objeto de qualidade inferior ao exigido; f) Inexecução contratual; g) Suspensão do contrato; h) Fraude à execução contratual; i) Prejuízo ao erário.					
Ação Preventiva	a) Treinamento e capacitação para identificação de fraudes; b) Segregação de funções no procedimento licitatório; c) Política de promoção da integridade; d) Existência de controles e revisão dos atos administrativos; e) Utilização de sistema de disputa que garanta o sigilo dos licitantes e das propostas, quando cabível. f) Descrição do objeto de forma adequada e clara; g) Treinamento e capacitação para a equipe responsável pela pesquisa de preços; h) Conhecimento ou suporte técnico sobre as especificações do objeto;					
Ação Contingência	Aplicação de sanção ao licitante e eventual apuração de responsabilidade civil, administrativa e penal. Afastamento do licitante que praticou o ato fraudulento e aplicação de sanção. Eventual anulação do certame; Realização de diligências ou exigência da demonstração da exequibilidade da proposta; Chamamento dos demais classificados na licitação; Republicação do edital;					
Responsáveis	CELIC					



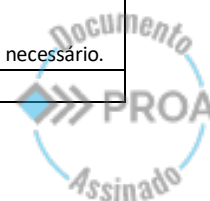
CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE		Planejamento				
	x	Seleção Fornecedores				
		Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R08	Não adjudicar a proposta mais vantajosa					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade	x	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	a)Entendimento incorreto acerca da proposta efetuada pelo licitante; b) Falta de capacidade técnica para avaliar a proposta					
Consequências	a) Recebimento de bem ou serviço que não atende às exigências do edital; b) Interposição de recursos atrasando a contratação.					
Ação Preventiva	a) Treinamento e capacitação dos agentes de contratação; b) Conhecimento ou suporte técnico sobre as especificações do objeto.					
Ação Contingência	a) Anulação do ato de adjudicação. b) Contratação emergencial até o encerramento da licitação, caso necessário.					
Responsáveis	CELIC					

FASE ANÁLISE		Planejamento				
	x	Seleção Fornecedores				
		Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R09	Habilitar fornecedor que não possui capacidade para executar o contrato					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade	x	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	a) Erro do agente de contratação; b) Fraude documental; c) Conflito de interesse.					
Consequências	a) Habilitação de fornecedor incapaz de executar o contrato; b) Prejuízo potencial à administração pública. c) Interposição de recursos atrasando a contratação.					
Ação Preventiva	a) Treinamento e capacitação; b) Suporte técnico do órgão demandante; c) Assessoria jurídica disponível; d) Verificação se os atestados e as certidões são válidos;					
Ação Con-tingência	a) Anulação do ato de habilitação; b) Em caso de fraude, aplicação de sanção ao licitante. c) Contratação emergencial até o encerramento da licitação, caso necessário.					
Responsáveis	CELIC / SEHAB					



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA						
FASE ANÁLISE		Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
	x	Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R10	Atesto de nota fiscal de produtos ou serviços com as características (quantidade e qualidade) diferentes do especificado ou não entregues.					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade	x	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixa		Média	x	Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	Ambiguidade das cláusulas contratuais; Especificação inadequada ou insuficiente no contrato; Ausência de conferência da qualidade e quantidade dos produtos recebidos; Falta de recursos operacionais suficientes para realizar a medição; Falta de indicação tempestiva do fiscal/gestor, não substituição em caso de afastamento ou falta de capacidade técnica; Conflito de interesse dos servidores designados como fiscais e/ou gestores do contrato;					
Consequências	Paralisação da execução contratual e eventual discussão judicial; Pagamento por serviços ou produtos com qualidade e quantidade diferente da especificação e consequente prejuízo para a Administração Pública.					
Ação Preventiva	Capacitação dos agentes públicos que poderão ser designados como fiscais e/ou gestores; Criação e aplicação de listas de verificação para o recebimento provisório e definitivo; Viabilização de condições operacionais para fiscalização do contrato; Dupla checagem referente à nota fiscal de produtos ou serviços definidos com base na materialidade, relevância e vulnerabilidade; Segregação da responsabilidade pelo recebimento provisório e definitivo para evitar repetição de equívocos; Proibição de que a medição seja realizada por meio exclusivo de relatório entregue pelo contratado; Comparar as características dos produtos/serviços recebidos com os parâmetros do edital de licitação; Caso o edital/termo de referência já tenha essa imprecisão, solicitar aditivo contratual antes do atesto da Nota fiscal; Definir relação de suplentes de fiscal/gestor dos contratos; Viabilização de condições operacionais para fiscalização do contrato.					
Ação Contingência	Fiscal e/ou Gestor do contrato deve ser orientado a comunicar à autoridade competente caso haja (i) alguma divergência levantada pela empresa contratada; ou (ii) falta de condições operacionais para realizar a fiscalização do contrato; Suspensão do processo de pagamento até a comprovação da entrega do produto ou serviço de acordo com as quantidades e qualidade contratadas; Apuração de responsabilidade dos servidores e da empresa.					
Responsáveis	Fiscalização SEHAB					



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE		Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
	x	Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R11	Fiscalização inexistente ou inadequada (contratual e técnica)					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade	x	Baixa		Média		Alta
Impacto		Baixa		Média	x	Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	- Designação de fiscais sem as competências necessárias e/ou tempo suficiente para desempenhar as atividades; - Falta de servidores.					
Consequências	- Não detecção de descumprimento de obrigações pela contratada; - Responsabilização solidária da Administração pelos encargos previdenciários e subsidiária pelos encargos trabalhistas; - Dificuldade de responsabilização da empresa contratada em caso de descumprimento contratual.					
Ação Preventiva	- Inclusão de modelo de gestão do contrato no termo de referência ou projeto básico; - Treinamento específico para os fiscais do contrato; - Elaboração e aplicação de lista de verificação contendo (i) as principais ações que são necessárias para fiscalização e (ii) a periodicidade recomendada para a realização das atividades; - Definição dos requisitos mínimos de competência para nomeação dos fiscais; - Acompanhamento periódico das ações realizadas pelo fiscal; - Designação, sempre que possível, e a depender do porte da contratação, de mais de um agente público para a fiscalização; - Solicitar apoio do assessoramento jurídico e do Controle Interno, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para - prevenir riscos na execução contratual.					
Ação Contingência	- Apuração da responsabilidade dos fiscais em caso de descumprimento legal; - Substituição dos fiscais do contrato.					
Responsáveis	Fiscalização SEHAB					



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE		Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
	x	Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R12	Atraso no pagamento das faturas.					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade		Baixa	x	Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	- Falta de disponibilidade financeira; - Conflito de interesse.					
Consequências	- Utilização de cláusula de suspensão do contrato por parte da contratada; - Perda de credibilidade do órgão; - Má prestação dos serviços pelo fornecedor; - Pagamento de juros, mora e multa					
Ação Preventiva	- Elaboração do Plano Anual de Contratação de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira; - Estruturação dos processos internos que prevejam os procedimentos necessários para pagamento; - Elaboração de Matriz de Responsabilidade em relação às atividades do processo de pagamento; - Existência de instância revisora; - Programas de treinamento e educação para os servidores que vão atuar no ambiente de compras públicas, alertando sobre os riscos e as consequências - de corrupção e fraude.					
Ação Contingência	Adoção das medidas administrativas necessárias para a realização do pagamento					
Responsáveis	Administrativo SEHAB – Seccionais CAGE					



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE		Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
	x	Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R13	Falhas na comunicação entre as partes, e ausência de registros das ocorrências do contrato					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade		Baixa	x	Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	Ausência de procedimentos formais de comunicação entre as partes contratantes					
Consequências	Retardo e falhas na execução do contrato, e impossibilidade de identificar a parte descumpridora da obrigação					
Ação Preventiva	- Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de gestão do contrato a definição de protocolo de comunicação entre contratante e contratada - Antes do início da execução do serviço Órgão ou Entidade deve requisitar a designação formal do preposto da contratada; - Órgão ou Entidade promove reunião inicial para apresentação do modelo de gestão e fiscalização;					
Ação Contingência	- Órgão ou Entidade convoca o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato - Órgão ou Entidade, mediante justificativa, manifesta a recusa na designação ou na manutenção do preposto indicado pela contratada					
Responsáveis	Fiscalização SEHAB					



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS

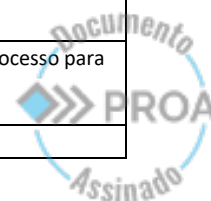


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE		Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
	x	Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R14	Necessidade de alteração dos projetos técnicos					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade		Baixa	x	Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	Inadequação da solução técnica utilizada na elaboração dos projetos					
Consequências	Aumento do prazo de execução do objeto contratual					
Ação Preventiva	- Equipe de planejamento da contratação insere cláusula contratual prevendo que, caso seja constatado erro ou inadequação do projeto, recairá sobre o projetista responsabilidade de promover as alterações necessárias, com a devida aprovação ou novo licenciamento, bem como de arcar com eventuais custos adicionais incorridos na execução da obra correspondente - Unidade de Engenharia e Arquitetura estabelece procedimento interno para conferência das condições mínimas para a revisão dos projetos					
Ação Contingência	Iniciar os procedimentos para responsabilização no caso de erro ou inadequação no projeto, caso previsto no contrato					
Responsáveis	Divisões de projetos SEHAB					

FASE ANÁLISE		Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
	x	Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R15	Acidentes ocorridos durante a execução da obra, prestação dos serviços e instalação dos equipamentos					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade		Baixa	x	Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	Imperícia, negligência ou imprudência da contratada durante as obras de construção e reformas					
Consequências	- Danos causados a terceiros e/ou ao Órgão/Entidade; - Atraso na execução;					
Ação Preventiva	- Equipe de planejamento da contratação estabelece penalidades (caráter preventivo da pena) e cláusula de garantia contratual prevendo a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração; - Equipe de planejamento da contratação insere previsão contratual de obrigação de fornecimento de EPI e EPC; - Fiscalização verifica o uso dos EPI e EPC.					
Ação Contingência	Gestor solicita acionamento de seguro e instauração de processo para responsabilização da empresa e/ou dos agentes públicos					
Responsáveis	Fiscalização SEHAB					

CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



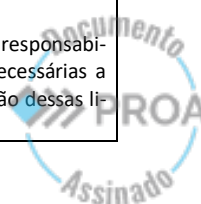


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

FASE ANÁLISE		Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
	x	Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R16	Decisão do contratante que altere as características das obras ou serviços, implicando em encargos adicionais para o contratado					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade		Baixa	x	Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	Alterações nos projetos e especificações técnicas por ordem do contratante					
Consequências	- Aumento dos prazos - Aumento dos custos dos serviços e administrativos da obra - Paralisação dos serviços					
Ação Preventiva	- Fiscal e gestor realizam controle das alterações de escopo e avaliação dos ajustes sob a ótica da conveniência e oportunidade - Equipe de planejamento da contratação insere definição clara do objeto contratual e planejamento institucional das necessidades por espaço físico de maneira organizada e padronizada – programa de necessidades de arquitetura.					
Ação Contin-gência	Gestor solicita alteração dos contratos					
Responsáveis	Gestão SEHAB					

FASE ANÁLISE		Planejamento				
		Seleção Fornecedores				
	x	Execução Contratual				
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
R17	Licenças necessárias à construção e operação da rede sendo emitidas de forma parcial					
CLASSIFICAÇÃO DO RISCO						
Probabilidade		Baixa	x	Média		Alta
Impacto		Baixa	x	Média		Alta
Nível do Risco	BAIXO					
Causas	Não obtenção de licenças necessárias à construção					
Consequências	- Atraso no início da execução - Atrasos nos prazos de execução da obra e prestação dos serviços					
Ação Preventiva	- Unidade de Engenharia e Arquitetura realiza contratação de empresa especializada para a elaboração de pareceres legais e ambientais de órgãos reguladores e afins - Equipe de planejamento da contratação insere cláusula de responsabilidade da empresa contratada na obtenção de licenças necessárias a construção e por atrasos decorrentes das falhas na obtenção dessas licenças					

CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS





26170000003777



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

Ação	Contin- gência	Gestor solicita alteração dos contratos
Responsáveis	Gestão SEHAB	



CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – Ala Sul
Bairro Centro – Porto Alegre/RS



26170000003777

Nome do documento: MPR-REFORMA MHT.pdf

Documento assinado por

Carlos Eduardo Iponema Costa

Órgão/Grupo/Matrícula

SEHAB / ASTEC / 350742401

Data

06/07/2026 15:29:05

